

RIOS URBANOS: novos paradigmas à associação de valores culturais e ambientais**URBAN RIVERS: new paradigms to the association of cultural and environmental values**

Cleuton de Sousa Silva*, Danna Marissa Nascimento Lima, Michele do Nascimento Araújo

RESUMO- O rio é, sem dúvida, um elemento determinante na construção da paisagem urbana, condicionando sua estruturação e fomentando. Na história, apresenta um papel importante, pois muitas das cidades surgiram e se desenvolveram às suas margens, porém com o tempo, passou a ser negado, marginalizado sem qualquer critério, escondendo e cancelando suas identidades, as memórias e os traços deixados pelo tempo passado e civilizações. Submetido às ações humanas, por ações que alomejavam dominá-lo, conte-lo e restringi-lo, em espaços estreitos suprimindo-os da superfície urbana, tornando-os ilegíveis. Este artigo trata das relações entre o rio e a cidade, tendo em vista variáveis que enalteçam os rios como elemento propulsor e fomentador do desenvolvimento das urbes e culturas a elas incorporadas, privilegiando o desafio de associar o reconhecimento de identidades plurais à preservação e reconhecimento desse patrimônio de cultura e meio ambiente. Para tanto, é preciso destacar as relações entre a história, a natureza dos rios e a cultura do homem. Neste sentido o trabalho busca analisar como se desenvolve esse panorama em dias atuais, e suas relações no cenário social da vida nas cidades como instrumentos de construção de valores culturais e ambientais.

Palavras-chaves: Rios Urbanos. Patrimônio Cultural. Patrimônio Ambiental.

ABSTRACT-The river is undoubtedly a determining element in the construction of the urban landscape, conditioning its structure and fostering. In history, it plays an important role, since many of the cities have emerged and developed along its banks, but over time, it has been denied, marginalized without any criterion, hiding and canceling their identities, memories and traces left by the past And civilizations. Subjected human actions, by actions that dominated him, to contain and restrain him, in narrow spaces -between the river and the city, in view of variables that enhance the rivers as a propelling element and foment the development of the cities and cultures incorporated to them, privileging the challenge of associating the recognition of plural identities to the preservation and recognition of this river. Heritage of culture and the environment. For this, it is necessary to highlight the relations between history, the nature of rivers and the culture of man. In this sense, the work seeks to analyze how this panorama develops in current days, and its relations in the social scene of life in the cities as instruments of construction of cultural and environmental values

INTRODUÇÃO

As relações entre o homem e os rios se estendem desde os primeiros assentamentos nômades, ainda no período neolítico, transcendendo os séculos e margeando a história das civilizações. Essas acepções entre os rios e as cidades, desde a antiguidade, vêm sendo cotejadas por intermédio de uma série de divergências que, em última instância, buscam celebrar as singularidades do prodígio humano frente aos desígnios da natureza. Apesar de permeadas por interpretações que, de certa forma, tendem a tratar essas duas acepções como categorias antagônicas, as concepções de natureza adquiriram um sentido particular no engendramento na sociedade humana. A

acepção de natureza, ora gerindo com a vida, ora competindo com o progresso, tendeu a cristalizar-se a partir da revolução industrial como pressuposto da negação das conexões do homem com o estado natural.

Adotamos o entendimento de paisagem cultural como território construído pelo homem, um lugar ou uma região na qual a história dos homens se explica, e onde foram deixados traços, memórias de uma atividade produtiva, sinais de infra-estrutura, monumentos arquitetônicos ou espaços (HOLANDA 2007). Traços que não só permanecem por muito tempo, mas que afetam e condicionam decisivamente os processos de crescimento e

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 17/03/2018; aprovado em 09/04/2018.

Arquiteto e Professor da UNIFIC-Iguatu/CE. E-mail: cs.arquitetura@hotmail.com.

INTESA-Informativo Técnico do Semiárido (Pombal-PB), v. 13, n. 01, p. 46-52, jan - jun, 2019.

de transformações nas relações entre rios, cidades, que compete à noção de território e da paisagem.

No processo de construção e de transformação da paisagem urbana, pode-se revelar e valorizar ainda mais as efetivas ligações dos rios e seus significados e atributos, tornando-os visíveis. “Reconhecer o rio como patrimônio cultural e ambiental, portanto, é habitar o rio” (COSTA, 2006). Para a mesma autora, no adensamento do espaço construído os rios trazem outra importante contribuição para a experiência urbana, pois como espaços livres de edificação, ampliam a possibilidade de fruição. Essa fruição se dá nas relações de cultura e apropriação do homem com seu estado de memória, através de suas ligações com o meio, propício ao auto-reconhecimento.

Diante do exposto o presente artigo visa, inicialmente, a referendar de maneira objetiva as relações dos Rios Urbanos e as Cidades, tendo o rio como elemento fomentador de cultura, se manifestando nas concepções de patrimônio. Considerando estas questões na pesquisa realizada sobre a urbe e o Rio do Peixe na cidade de Sousa PB, numa tentativa de descrever como se processam atualmente as relações entre as duas variáveis: Rio e Cidade.

O presente trabalho tem como objetivo expor as relações entre o Rio e a Cidade, tendo o rio como elemento estruturante e fomentador de cultura e desenvolvimento, tomando como estudo de caso o Rio do Peixe na cidade de Sousa PB.

A primeira etapa teve por finalidade conhecer a problemática geral e elaborar um diagnóstico sobre a situação atual dos rios urbanos. Para isso, foi de fundamental importância basear-se nos conceitos e nos autores de referência pesquisados, como Milton Santos, Jacques Le Goff e Julieta Pordeus.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em teses, dissertações, artigos e Anais de eventos sobre temas relacionados a Rios Urbanos em plataformas científicas como o Banco de teses da Coordenação de Nível Superior - CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e no Fórum Patrimônio.

A seguir, aprofundou-se o conhecimento por meio de pesquisas bibliográficas como ementas, cartilhas, artigos, livros e trabalhos de conclusão de curso, bem como o Plano Diretor de Sousa e o Estatuto da Cidade.

A partir das bases em referências e teorias defendidas por autores, foi possível estudar diretrizes para a elaboração do trabalho, investigando nas pesquisas documentais as matérias dos jornais eletrônicos relacionados ao tema, com o propósito de conhecer mais sobre a história do rio em estudo, sua relação com a cidade de Sousa e suas relações culturais e ambientais.

AS ACEPÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL

As atuais noções de patrimônio advêm etimologicamente da concepção de "herança paterna". Esse termo segundo CHOAY (2001) nas línguas românicas, deriva do latim *patrimonium* e faz alusão à "propriedade herdada do pai ou dos antepassados ou aos monumentos herdados das gerações anteriores". Essas expressões fazem menção a *monere*, que em latim significa levar a pensar.

Portanto, as noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e de memória, uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais.

Nos recônditos da memória residem aspectos de ligação que uma população reconhece por elementos próprios da sua história, das tipologias do espaço onde habitam, sendo elas paisagens naturais ou construídas. A memória, do ponto de vista de LE GOFF (1997), estabelece um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha. Tal vínculo, além de constituir um laço afetivo possibilita aos cidadãos perceberem-se como "sujeitos da história", plenos de direitos e deveres, os tornam agentes dos embates sociais que envolvem a própria paisagem, os lugares onde vivem, os espaços de produção e cultura

A paisagem é o território culturalmente construído. As cidades tiveram os rios como importante fator de sua fixação, pois os patrimônios (núcleos iniciais) eram delimitados pelos cursos d'água. O espaço urbano pode ser focado como variável dependente, sendo determinado pelos condicionantes naturais e culturais do meio em que se realiza. E também pode ser focado como variável independente, pois é capaz de determinar o modo de vida e alterar o meio natural HOLANDA (2007).

Há que se admitir que embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural, natural, paisagístico, arqueológico e assim por diante. Em outro extremo, não se pode negligenciar a complexidade adquirida pela temática do patrimônio natural, quando esta se relaciona à noção de paisagem, uma vez que ela incorpora as relações do homem com o meio, e ainda sugere que os modos ou gêneros do viver humano produzem paisagens culturais. Para BERQUER (1998) as singularidades relacionais entre as culturas e o meio ambiente definem, conforme os fundamentos da geografia cultural, os traços da própria paisagem e a distinguem de outros espaços, determinando o seu "*geni'us loci*", ou seja, a "alma do lugar". Neste sentido, torna-se possível compreender que paisagem é uma marca, pois expressa a cultura de uma civilização e, ao mesmo tempo, participa dos esquemas de percepção, de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

A natureza não raro referendou representações de memórias coletivas e, cristalizou elementos fundantes das construções identitárias de distintas culturas sociais. Mas, entre 1932 e 1937, os efeitos do desmatamento e da descarga de detritos residenciais e resíduos industriais nos rios urbanos passaram a constituir alvo de matérias, a serem debatidos em momento posterior por universidades e estudiosos do assunto. A ampliação das interpretações sobre a natureza alcança os debates entre os constituintes e a redação da Carta Magna de 1937 chega a referir-se aos bens naturais como monumentos.

A defesa efetiva dos bens naturais e culturais do país acabou sendo implementada através do Decreto-Lei no 25/1937, referente ao tombamento, porém os termos

dessa proteção se restringiram, conforme o artigo primeiro da lei, aos valores paisagísticos e estéticos referentes aos sítios e paisagens distinguidos pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela ação humana. Passados 51 anos, os bens enumerados no artigo no 216 da Carta Constitucional do país (1988) mantiveram-se articulados às noções de patrimônio ambiental circunscritas aos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esse ponto de vista permite ainda a incorporação do conceito de territorialidade à questão do patrimônio, pois, como bem o lembra SANTOS (1997), os territórios se delineiam a partir de "sua utilidade atual, passada e futura", derivam do uso que lhes é atribuído "pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores" tratados como partes indissociáveis. Essa assertiva descortina as múltiplas facetas da problemática patrimonial, libertando-a da clausura inerente às definições isoladas, sem dissociá-la das referências culturais e do espaço geográfico. Assim, se depreende que a interpretação do patrimônio cultural ou do patrimônio ambiental não pode ser abstraída dialeticamente das ações historicamente responsáveis por sua construção, nem tampouco do sentido de pertencimento.

Cabe-se indagar de início, quais as práticas preservacionistas adotadas no Brasil, e depois, investigar de que maneira a Cidade de Sousa tem enfrentado o desafio de associar a preservação do rio como patrimônio cultural e imaterial, a recuperação da memória social, o desenvolvimento e o crescimento urbano.

FERRAMENTAS EM PROL DOS RIOS COMO ELEMENTOS CULTURAIS E NATURAIS

Desde a década de 1990 o patrimônio cultural e natural tem sido cada vez mais reconhecido como um instrumento poderoso para se salvaguardar a independência, a soberania e as identidades culturais dos rios urbanos. No entanto, os grandes desafios para aqueles

que se dedicam à defesa dos bens culturais não se circunscrevem à descoberta dos meios eficazes para o desenvolvimento da educação patrimonial ou da educação ambiental, mas englobam o despertar da consciência e do apreço a esses bens. A produção de conhecimento nessa área precisa contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas em prol de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize o desenvolvimento ancorado nos pressupostos da sustentabilidade sócio-ambiental. Essa questão se tornou premente nas últimas décadas, uma vez que a maior parte da população passou a residir em áreas urbanas, aspecto que agravou a degradação das condições de vida e intensificou os problemas ambientais. Tal constatação evidencia um desafio a ser enfrentado, seja a alteração dos valores e das bases do conhecimento fundado na ênfase econômica do desenvolvimento.

DE JARDIM DO RIO DO PEIXE A SOUSA

O início da colonização do Oeste da Paraíba, da região das margens do rio do Peixe, por colonos vindos da Bahia, Pernambuco e São Paulo, ocorreu no fim do século XVII, após conquistarem a amizade dos índios Icó. O desbravamento dos Sertões nos séculos XVI e XVII foi gradativo, exigindo dos exploradores sertanistas empreenderem um grande esforço para dominar terras menos conhecidas e mais distantes do Litoral. Um deles, o sertanista Sargento Mor Antônio José da Cunha em 1691, descobriu um riacho denominado "Peixe" habitado pela nação indígena Icó Pequeno. Em 1708, José da Cunha pleiteou uma sesmaria, sendo atendido pelo então governador João da Maia da Gama para, posteriormente, outros sertanistas ali se instalarem com suas fazendas. Coube ao franciscano Frei João de Matos Serra, nos idos do ano de 1700, aldeiar os índios sobreviventes dando os primeiros passos para a organização da futura Vila.

Figura 01



LEGENDA:
 CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA
 RIO DO PEIXE
 COMUNIDADE RIBEIRINHA
 COMUNIDADE RIBEIRINHA
 ÁREA DE VEGETAÇÃO CILIAR
 COMUNIDADE RIBEIRINHA
 ANTIGOS CURRAIS DE GADO
 MALHA URBANA

Fonte: Acervo dos autores

Figura 02



LEGENDA:
 CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA
 RIO DO PEIXE
 IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO DOS PRETOS
 IGREJA MATRIZ DE N. S. DOS REMEDIOS
 PRAÇAS/ESPAÇOS VERDES
 ASSENTAMENTO INICIAL RESIDENCIAL
 ANTIGOS CURRAIS DE GADO
 MALHA URBANA (1840-1930)
 ÁREA DE VEGETAÇÃO CILIAR

Fonte: Acervo dos autores

Em 1723, chegaram os sacerdotes Francisco e Teodósio de Oliveira Ledo, que passaram o território para a Casa da Torre da Bahia, e se tornaram senhores dos vales constituídos pelos rios do Peixe e Piranhas. O processo de

habitação aconteceu vagarosamente com os moradores das ribeiras dos rios e dos paulistas que iam chegando para situarem suas fazendas com rebanhos e agricultura.

A fertilidade às margens do “Rio do Peixe” atraiu moradores interessados no cultivo das terras. Nesta região Bento Freire de Sousa e José Gomes de Sá também situaram as suas fazendas. Esse crescimento chamou a atenção de Bento Freire que, residindo na Fazenda Jardim, tomou a iniciativa de organizar um povoado. Bento Freire

pleiteou uma concessão, deslocando-se à Bahia a fim de obter da Casa da Torre a doação da sesmaria cujas terras seriam patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios (Figura 04). Conquistado o pleito, coube a Bento Freire erguer a primeira capela em louvor a Nossa Senhora dos Remédios atual Igreja do Rosário dos Pretos (Figura 03).

Figura 03
Igreja do Rosário dos Pretos – Sousa PB



Fonte: Imagem da Internet. Disponível em: <<http://wikimapia.org/16882398/pt/Igreja-do-Ros%C3%A1rio-do-Pretos>>. Acesso em 10 mar. 2017.

Figura 04
Igreja Matriz de Nossa senhora dos Remédios – Sousa PB



Fonte: Imagem da Internet. Disponível em: <<http://wikimapia.org/16882398/pt/Igreja-do-Ros%C3%A1rio-do-Pretos>>. Acesso em 10 mar. 2017.

As terras do antigo Jardim do Peixe pertenciam ao Coronel Francisco Dias D'Ávila e sua mãe D. Inácia D'Araújo Pereira, família fidalga da Casa da Torre da Bahia, que as doaram ao patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios em 1740 por solicitação de Bento Freire. Entretanto, somente em 1760, a sentença que legalizou, em definitivo, a constituição do patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios foi proclamada. Bento Freire administrou o Patrimônio até 1765, coroando com sucesso um esforço de quase meio século de lutas para erguer o que viria a ser o município de Sousa.

No dia 4 de junho de 1800, o Ouvidor Geral José da Silva Coutinho, instala oficialmente, a Vila Nova de Sousa através da Resolução do então Governador de Pernambuco, data de 26 de março de 1800, após pleito da comunidade através de requerimento encabeçado por Patrício José de Almeida, Matias de Figueiredo Rocha e Pe. Manoel Vieira da Silva. Um dia antes, o Capitão Alexandre Pereira de Sousa fez uma doação de terras para

o patrimônio do crescente povoado. Foi através da Lei Provincial de nº 28, de 10 de Julho de 1854 que a Vila de Sousa foi elevada à categoria de cidade passando, na oportunidade, a denominar-se SOUSA, conhecida hoje por "Cidade Sorriso".

Na área central habitavam os mais afortunados, como coronéis, fazendeiros e donos de engenhos vindos da zona rural, onde se instalaram ao redor da Igreja Matriz construindo casarões com sobrados, sótãos e porões, bem como armazéns com sobrados com a finalidade comercial e de moradia.

Mais próximos à margem do rio, se desenvolviam os assentamentos ribeirinhos, constituídos por moradores que viviam e trabalhavam às margens do rio, com casas menos afortunadas e, em sua grande maioria feita de taipa trançada, ou taipa de mão. Residiam ali a mão de obra operária, mais as famílias dos vaqueiros que cuidavam do gado dos senhores de terras e engenho (Figuras 05 e 06).

Figura 05



Fonte: Acervo dos autores

Figura 06



Fonte: Acervo dos autores

Eram comuns os currais de gado, entre ou bem próximo às residências, para PAES (2012), as práticas e atividades

desenvolvidas pelo homem na criação e doma do gado, é

patrimônio herdado de seus antecessores, a autora remonta com primazia as tradições envoltas dessa cultura e como ela se engendra pelo tempo, desde a antiguidade até os dias

atuais. Para a mesma a atividade pode ser vista como uma continuidade cultural qu “pode ser comprovada através de exemplos de sertanejos que, independente do seu nível social ou econômico, continuam usando os ferros como instrumentos para marcar os seus rebanhos”. Evidências claras que celebram as acepções iniciais dessa tradição, multadas e adaptadas a aos processos de transição temporal.

Há ainda a presença dos pequenos pomares e hortas. Hábitos dessa cultura que sobrevive até os dias atuais celebradas resquícios das populações tradicionais, ações que configuram e perpetuam as relações do home com o meio e suas relações com a cultura.

DAS AÇÕES DO RIO DO PEIXE

Os rios constituem uma importante página na formação da história das cidades, a partir dos quais se desenvolveram grandes civilizações, e com as quais constituíram formas de cultura e criação de paisagens autênticas e restritas à morfologia de dada região.

As variáveis das condicionantes morfológicas sejam elas naturais ou humanas moldaram através do tempo o *geni'us loci*, ou seja, a alma do lugar. As características e expressões de dada comunidade e o reconhecimento de hábitos e expressões de comportamento que assumem o papel de características identitárias, possibilitando assim o reconhecimento das relações singulares entre os meios nos quais se inserem. Neste contexto, o rio se revela como elemento possibilitador, fomentador e estruturante, cabendo a ele reger indiretamente o regime de progressão e expansão das malhas urbanas e o surgimento de suas peculiaridades sociais.

Essa relação entre rio e cidade fomenta o desenvolvimento e surgimento de acepções culturais locais, sejam elas religiosas comemorativas ou fenômenos naturais e suas derivações, as quais se adéquam às ofertas do rio e valores de memória.

Como dito pela poetisa Julieta Pordeus (1965), “... o Rio do Peixe deu a luz ao Sorriso”, frase que expressa simbolicamente a relação de origem e pertencimento da cidade acondicionada às relações com o rio. Há ainda os repentes do violeiro Chico Sousa que relatados pela oralidade dos mais antigos habitantes da localidade, fazem memória à vida do rio “... que o peixe do Rio do Peixe, vire peixe apenas da forma de viver...”. Essas formas de expressão que se respaldam em ícones da cultura local, remontam num passado recente as relações dos habitantes com os rios, de como ele se comportava e interferia positivamente no cotidiano da vida social, e o quanto ele se fazia presente nas acepções culturais locais, referências que

revelam através dos recônditos da memória. No Rio do Peixe residem aspectos que a população reconhece como elementos próprios da sua história, da apropriação do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. Sob essa ótica, LE GOFF (1997) destaca que a "identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva"; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a "preservar e divulgar os seus bens culturais" dá-se início ao processo denominado pelo autor como a "construção do *ethos* cultural e de sua cidadania".

Para FERRAZ (2012), que remonta por meio de registros fotográficos, publicados na obra "Amém do Rio", não apenas a um passado atrelado ao patrimônio material edificado, mas sim, a uma historicidade quase perdida pela negação da modernidade. O autor expõe um panorama fotográfico da cidade de Sousa no início do século XX, relatando de forma direta as influências do Rio do Peixe sobre o desenvolvimento e expansões da malha urbana, uma urbe ainda caracterizada pelo seu grande e largo traçado, com vistas a comportar a cultura da criação de gado.

Nas primeiras páginas do livro, o autor reafirma que não se pode negligenciar a complexidade adquirida pela temática do patrimônio cultural, quando esta se articula à noção de cultura e paisagem, uma vez que ela incorpora as relações do homem com o meio em que se relaciona.

“Sendo essencial para a vida, a água teve um papel fundamental no surgimento de todos os aglomerados humanos, das mais humildes aldeias às mais complexas cidades-estados, ao longo dos séculos. Em particular, os rios sempre exerceram esse papel de sustentação no nascimento, sobrevivência e expansão das urbes. Não foi diferente com Sousa, cidade que nasceu às margens do Rio do Peixe e, ao longo do tempo, cresceu e se desenvolveu construindo a sua história para ‘Além do Rio’” (FERRAZ, 2012, p.12)

O atual panorama do Rio do Peixe (Figura 09), não se diferencia de outros exemplos de rios fundantes de cidades brasileiras, e no mundo. A exemplo do Rio Tietê em São Paulo (Figura 07), que sofre pela retificação e canalização do seu curso, ou do Rio Sanhauá em João Pessoa (Figura 08), que é acometido dos efeitos mais severos da urbanização, ambos compartilham do descaso e da negação, poluídos e sujos agonizam silenciosamente e passivos às agressões do homem, por não os reconhecerem como elementos de cultura e paisagem.

Figura 07
Tio Tietê – São Paulo SP



Fonte:Imagens da Internet. Disponíveis em: <<http://meioambiente.culturamix.com/gestao->

Figura 08
Sanhauá – João Pessoa PB



Fonte:Imagens da Internet. Disponíveis em:<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/06/centenas-de-peixes->

Figura 09
Rio do Peixe – Sousa PB



Fonte: Acervo dos autores

ambiental/despoluicao-do-rio-tiete. Acesso em 10 mar. 2017.

aparecem-mortos-em-rio-da-paraiba.html. Acesso em 10 mar. 2017.

O Rio do Peixe que outrora foi apresentado como elemento base à criação e desenvolvimento da cidade de Sousa é visto hoje como fonte de disseminação de doenças e outras enfermidades, resultado da negligência do não reconhecimento como elemento de paisagem, e patrimônio cultural e natural.

Historicamente ocupou um lugar de centralidade e importância fundamental para o desenvolvimento do povoado que daria origem à cidade. Foi também fundante para o desenvolvimento socioeconômico de Sousa e balizou a cultura do gado, impulsionando a forte vocação comercial da região. E foi gradativamente colocado em segundo plano numa cidade que tem, cada vez mais, se urbanizado e se colocado como pólo urbano de grande importância no Sertão Paraibano. Parece-nos que o desafio que está colocado é a compreensão da importância perdida do Rio do Peixe como patrimônio cultural de Sousa e forte elemento de fortalecimento e reafirmação da cultura e da memória locais. Os gestores locais precisam encontrar

caminhos de compatibilização da vida do rio com a vida da cidade e seu notável desenvolvimento, e esta compreensão só são possíveis quando se tem uma visão ampla do patrimônio cultural como imbricação de cultura e natureza, rio e cidade.

RECONHECER É “HABITAR OS RIOS URBANOS”

No mundo existem muitos projetos de revitalização e reabilitação que visam à reinserção dos rios urbanos pelo reconhecimento cultural e ambiental nos modos de vida de dada sociedade. Projetos que visam a entender e envolver as comunidades nos processos de transformação social por meio de reconhecimento de suas culturas de raiz, redefinindo as ligações entre localidade e o meio. Projetos como o do Porto do Capim, que remontam uma conotação de ligação cultural de uma comunidade ribeirinha a aspectos e condicionantes que remontam as ligações com o patrimônio herdado.

Figura 10



Fonte:Imagens da Internet. Disponíveis em: <<http://radioportodocapim.com.br/programa/porto-do-capim-em-acao/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

Figura 11

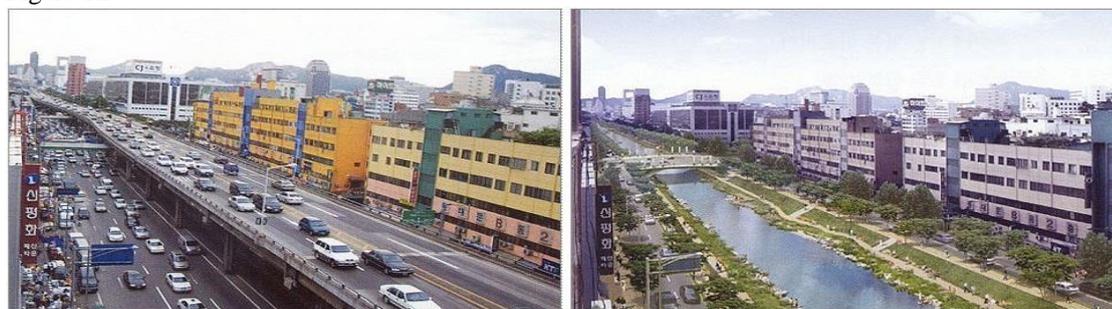


Fonte:Imagens da Internet. Disponíveis em: <<http://www.facebook.com/PortoDoCapim>>. Acesso em 10 mar. 2017.

Outro exemplo, na cidade de Cheonggyecheon, em Seul na China (Figura 12), relaciona o rio com a busca de qualidade de vida nas cidades, uma forma de resgate das relações interpessoais com o meio, que permite a incorporação do conceito de territorialidade por meio do auto-reconhecimento, utilizando de ferramentas educativas e artísticas.

As ações que acontecem ao longo de todo o projeto, que concebem a intervenção de contar por meio de elementos a historicidade do local, partindo desde a artificial cascata, ícone que marca a origem do rio (Figura 13), passando pelo “Banchado” (Figura 14), um retrato da procissão do Rei Jeongjio, até o encontro com o mar, marcado pela presença das pequenas embarcações de pescadores.

Figura 12



Fonte:Imagens da Internet. Disponíveis em: <<http://portalarquitetonico.com.br/uma-impressionante-renovacao-urbana-em-seul/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

Os projetos nos fazem ter esperanças de um futuro melhor para os rios urbanos e suas relações com os

patrimônios culturais e ambientais. Claro que para isso é necessário lidar com processos difíceis, reeducar as

populações, rever posturas e adotar significativas técnicas. Porém tudo isso vale apenas em função de toda a melhoria

nas relações entre o homem e seus patrimônios, rio e cidade, cultura e meio ambiente.

Figura 13



Fonte: Imagens da Internet. Disponíveis em: <<http://portalarquitetonico.com.br/uma-impressionante-renovacao-urbana-em-seul/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

Figura 14



Fonte: Imagens da Internet. Disponíveis em: <<http://portalarquitetonico.com.br/uma-impressionante-renovacao-urbana-em-seul/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

Sem dúvida, ainda hoje se reconhece que as relações de cultura são construídas pela história, de forma dinâmica e ininterrupta, alterando-se e reverberando de geração em geração, a partir do contato com os saberes ou grupos.

CONCLUSÃO

Desde as últimas décadas do século XX agências incentivaram a formulação de projetos voltados para a revitalização dos rios urbanos e sua reabilitação como patrimônio cultural e fonte de qualidade de vida em várias regiões do globo terrestre. Não é raro ver esse tipo de iniciativa desencadear processos de reabilitação das áreas degradadas, sugeriram novos usos aos bens recuperados e a proteção e o manejo adequado do meio ambiente.

Como dito por Milton Santos (1997), o patrimônio é algo indissociável, tendo o território como elemento base ao desenvolvimento do contexto, certo de que as transformações culturais são partes contínuas e interrompidas desse alçômetro de conhecimento.

Algumas regiões estão criando ou inventando seu próprio patrimônio, ora recuperando histórias antigas, ora recriando tradições orais e religiosas. Enfim, são notáveis as mobilizações de instituições e organizações não-governamentais em favor do patrimônio ambiental e dos valores culturais. Índícios das repercussões dessas propostas evidenciam que a sociedade brasileira começa a se convencer de que é possível compatibilizar a preservação dos Rios Urbanos como patrimônio ambiental aliado ao desenvolvimento sustentável.

Na pesquisa sobre Rios Urbanos que está em andamento, eu tenho aprendido/entendido que, existem muitas outras maneiras de se relacionar a cultura de dado local com as formas de apropriação do espaço. Só é preciso dar a estas, outras opções de relacionamento e coexistência para os cidadãos, pois eles farão uso e incorporarão as existências de entendimento e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL,

Zeny (Org.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 1998. p.85.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo; Editora: ESTAÇÃO LIBERDADE -; Edição: 1; Ano: 2001.

COSTA, L.M.S.A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006.

COSTA, L. M.; MONTEIRO, P. M. **Rios urbanos e valores ambientais**. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa/PROARQ, 2002. p. 291- 298.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação. A política federal de preservação nos anos 70 e 80**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, n.24, 1996, p.159.

HOLANDA, Frederico de. **Arquitetura sociológica**. In: *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional: 2007 v.9, n.1,p.115-129.

LE GOFF, Jacques. **Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p.139 e 138, respectivamente.

MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2000**, São Paulo: Edusp, 2012.

PAES, Daniella Lira Nogueira. **Sob os signos das boiadas: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano**. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 2012 p.24 - 25

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.58, 59.